



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

EMENDA Nº - CAE
(ao Substitutivo do PL nº 2.331, de 2022)

Dê-se ao § 2º, do artigo 35 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, acrescido pelo artigo 11, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.331/2022, a seguinte redação:

" Art. 35

(...)

§ 2º Para fins de cálculo da Condecine prevista no § 1º deste artigo, ficam os agentes econômicos autorizados a segregar:

I - as receitas provenientes da prestação desse serviço das demais receitas eventualmente auferidas pela exploração de outras atividades pela mesma pessoa jurídica;

II - as receitas devidas a terceiros a título de compartilhamento de receitas;

III - as receitas obtidas a partir da disponibilização de conteúdos audiovisuais jornalísticos e de conteúdos de usuários que não sejam produzidos por produtoras registradas junto à ANCINE nos termos do art. 22 desta lei, bem como da comercialização de espaços publicitários relacionada a tais conteúdos

JUSTIFICATIVA

As definições presentes no texto atual do Projeto causam um resultado indesejado de regular da mesma forma todo e qualquer conteúdo em formato de vídeo, pois equipara um conteúdo desenvolvido por grandes produtores de conteúdo e vídeos amadores produzidos pelo usuário comum, como um vídeo de férias, ou os filhos na peça da escola.



A presente emenda pretende segregar conteúdo profissional de conteúdo amador com base no critério de quem é o criador deste vídeo, a partir dos requisitos de registro já existentes no arcabouço regulatório da ANCINE.

Dessa forma, no que diz respeito a conteúdo gerado por usuários, o escopo de cobrança de pagamento da CONDECINE incidiria para o conjunto de conteúdos das plataformas abertas feitos por produtores que, por natureza, têm mais chances de se beneficiar do Fundo Setorial do Audiovisual.

A emenda também deixa claro que a CONDECINE incide apenas sobre a porção da receita que permanece com a plataforma depois de eventual compartilhamento de receita com o criador. Assim, o objetivo de estímulo à produção de conteúdo brasileiro continua sendo atingido através do pagamento direto ao criador e independentemente da intermediação da ANCINE para acesso aos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA

